

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. O Cerrado, que ocupa mais de 20% do território nacional, é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia. Representa um dos hotspots para a conservação da biodiversidade mundial e é considerado uma das mais importantes fronteiras agrícolas do planeta. Considerando a conservação da biodiversidade e a expansão da fronteira agrícola no Cerrado, avalie as afirmações a seguir.

I. O Cerrado apresenta taxas mais baixas de desmatamento e percentuais mais altos de áreas protegidas que os demais biomas brasileiros.

II. O uso do fogo é, ainda hoje, uma das práticas de conservação do solo recomendáveis para controle de pragas e estímulo à rebrota de capim em áreas de pastagens naturais ou artificiais do Cerrado.

III. Exploração excessiva, redução progressiva do habitat e presença de espécies invasoras estão entre os fatores que mais provocam o aumento da probabilidade de extinção das populações naturais do Cerrado.

IV. Elevação da renda, diversificação das economias e o consequente aumento da oferta de produtos agrícolas e da melhoria social das comunidades envolvidas estão entre os benefícios associados à expansão da agricultura no Cerrado.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) III e IV.

2. A floresta virgem é o produto de muitos milhões de anos que passaram desde a origem do nosso planeta. Se for abatida, pode crescer uma nova floresta, mas a continuidade é interrompida. A ruptura nos ciclos de vida natural de plantas e animais significa que a floresta nunca será aquilo que seria se as árvores não tivessem sido cortadas. A partir do momento em que a floresta é abatida ou inundada, a ligação com o passado perde-se para sempre. Trata-se de um custo que será suportado por todas as gerações que nos sucederem no planeta. É por isso que os ambientalistas têm razão quando se referem ao meio natural como um “legado mundial”. Mas, e as futuras gerações? Estarão elas preocupadas com essas questões amanhã? As crianças e os jovens, como indivíduos principais das futuras gerações, têm sido, cada vez mais, estimulados a apreciar ambientes fechados, onde podem relacionar-se com jogos de computadores, celulares e outros equipamentos interativos virtuais, desviando sua atenção de questões ambientais e do impacto disso em vidas no futuro, apesar dos esforços em contrário realizados por alguns setores. Observe-se que, se perguntarmos a uma criança ou a um jovem se eles desejam ficar dentro dos seus quartos, com computadores e jogos eletrônicos, ou passear em uma praça, não é improvável que escolham a primeira opção. Essas posições de jovens e crianças preocupam tanto quanto o

descaso com o desmatamento de florestas hoje e seus efeitos amanhã. (SINGER, P. Ética Prática. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 292 (adaptado))

É um título adequado ao texto apresentado acima:

A) Computador: o legado mundial para as gerações futuras.

B) Uso de tecnologias pelos jovens: indiferença quanto à preservação das florestas.

C) Preferências atuais de lazer de jovens e crianças: preocupação dos ambientalistas.

D) Engajamento de crianças e jovens na preservação do legado natural: uma necessidade imediata

3. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Ética. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 (adaptado))

Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.

I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.

II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por definição, e não se conta com referenciais para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

4. A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria nos fins do século 19 e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira e cultural. A produção e a

informação globalizadas permitem a emergência de lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais, que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica. (SANTOS, M. O país distorcido. São Paulo: Publifolha, 2002 (adaptado))

No estágio atual do processo de globalização, pautado na integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo. A crise recente, iniciada em 2008, é um dos exemplos mais significativos da conexão e interligação entre os países, suas economias, políticas e cidadãos.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. O processo de desregulação dos mercados financeiros norte-americano e europeu levou à formação de uma bolha de empréstimos especulativos e imobiliários, a qual, ao estourar em 2008, acarretou um efeito dominó de quebras nos mercados.

PORQUE

II. As políticas neoliberais marcam o enfraquecimento e a dissolução do poder dos Estados nacionais, bem como asseguram poder aos aglomerados financeiros que não atuam nos limites geográficos dos países de origem.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

5. O anúncio feito pelo Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear (CERN) de que havia encontrado sinais de uma partícula que pode ser o bóson de Higgs provocou furor no mundo científico. A busca pela partícula tem gerado descobertas importantes, mesmo antes da sua confirmação. Algumas tecnologias utilizadas na pesquisa poderão fazer parte de nosso cotidiano em pouco tempo, a exemplo dos cristais usados nos detectores do acelerador de partículas large hadron colider (LHC), que serão utilizados em materiais de diagnóstico médico ou adaptados para a terapia contra o câncer. “Há um círculo vicioso na ciência quando se faz pesquisa”, explicou o diretor do CERN. “Estamos em busca da ciência pura, sem saber a que servirá. Mas temos certeza de que tudo o que desenvolvemos para lidar com problemas inéditos será útil para algum setor.” (CHADE, J. Pressão e disputa na busca do bóson. O Estado de S. Paulo, p. A22, 08/07/2012 (adaptado))

Considerando o caso relatado no texto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. É necessário que a sociedade incentive e financie estudos nas áreas de ciências básicas, mesmo que não haja perspectiva de aplicação imediata.

PORQUE

II. O desenvolvimento da ciência pura para a busca de soluções de seus próprios problemas pode gerar resultados de grande aplicabilidade em diversas áreas do conhecimento.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Direito Constitucional

6. Considerando os critérios de classificação das constituições quanto à sua origem, estabilidade e extensão, respectivamente, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

- A) Analítica, rígida e promulgada.
- B) Outorgada, super-rígida e analítica.
- C) Promulgada, rígida e analítica.
- D) Analítica, rígida, promulgada.

7. Assinale a alternativa que aponta regra não materialmente constitucional:

- A) As que organizam o Estado.
- B) As que se relacionam com o poder.
- C) As que dispõem sobre as hipóteses de inelegibilidades para os cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
- D) As que tratam da política de desenvolvimento urbano.

8. Assinale a alternativa INCORRETA

- A) Constituição rígida é aquela que para ser modificada necessita de um processo mais complexo do que o exigido para a mudança das leis ordinárias.
- B) A Constituição de 1937 foi apelidada de Constituição Cidadã.
- C) A Constituição de 1934 foi positivada por promulgação.
- D) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

9. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos

desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

10. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o Estado.
- B) Somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na Constituição.
- C) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.
- D) O fato de uma regra estar na Constituição não significa que ela é hierarquicamente superior as demais normas jurídica do ordenamento.

11. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - As disposições constitucionais transitórias são normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada. Por serem hierarquicamente inferiores às normas inscritas no texto básico da CF, elas não são consideradas normas cogentes e não possuem eficácia imediata.

II - A jurisprudência do STF considera que o preâmbulo da CF não tem valor normativo. Desprovido de força cogente, ele não é considerado parâmetro para declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade normativa.

III - Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a legitimidade passiva restringe-se ao Poder Legislativo inadimplente, ao qual será estipulado prazo para adotar as providências cabíveis no sentido de suprir a omissão.

IV - A interpretação conforme a Constituição efetuada pelo STF em controle abstrato de constitucionalidade apresenta eficácia erga omnes e efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente II e III estão corretas.
- C) Somente II, III e IV estão corretas.
- D) Somente II e IV estão corretas.

12. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - Nos termos da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns.

II - Compete privativamente ao presidente da República declarar guerra em caso de agressão

estrangeira e celebrar a paz, desde que, em ambos os casos, ocorra prévia autorização do Senado Federal.

III - O Congresso Nacional, mediante delegação, atribuiu ao Senado Federal a competência para suspender a execução do todo ou de parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

IV - De acordo com entendimento do STF, é inadmissível a edição de medida provisória pelo Poder Executivo federal que determine a abertura de crédito extraordinário em favor de órgãos componentes desse poder, caso não estejam configuradas situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente IV está correta.
- C) Somente III está errada.
- D) Somente II e IV estão corretas.

13. É de competência da União Federal:

I – legislar privativamente sobre direito penal e direito processual penal, podendo mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a estas matérias.

II – Cuidar, com exclusividade, da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

III – legislar concorrentemente com os Estados e o DF sobre procedimentos em matéria processual e custas dos serviços forenses.

IV – estabelecer normas gerais no âmbito da legislação concorrente que, se inexistentes, permitirão aos Estados exercer competência legislativa plena para atender as suas peculiaridades, e se supervenientes, suspenderão a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) estão corretas as de número I, III e IV.
- B) Todas estão corretas.
- C) Apenas as de números II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as de números I e II estão corretas.

14. O enquadramento constitucional das comissões parlamentares de inquérito não autoriza afirmar que:

A) Pode haver ampliação de investigações em razão do surgimento de fatos novos, desde que tenham relação com os que constituíam o objeto inicial da comissão.

B) As investigações podem incidir sobre fatos objeto de inquéritos policiais e processos judiciais em curso, se houver entre eles conexão.

C) As comissões parlamentares de inquérito estaduais não podem requisitar a quebra de sigilo de dados bancários.

D) Não caracteriza, em princípio, violação à imagem do indiciado em comissão parlamentar de inquérito, a transmissão e a gravação de sessão em que se lhe toma depoimento.

15. Assinale a opção correta:

- A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- B) As medidas provisórias, com força de lei, adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, não convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, perderão a eficácia, mantida a validade dos atos praticados naquele período.
- C) O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode ser rejeitado pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- D) As comissões parlamentares de inquérito devem obter ordem judicial para obrigarem o comparecimento de cidadão.

Filosofia

16. De acordo com o estudado no início da disciplina, o ato de pensar está associado ao conhecimento, à realidade e à linguagem.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

- I – O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.
- II – O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.
- III – A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.
- IV – A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.
- V - Uma vez alcançado o conhecimento, a realidade torna-se dispensável.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

- A) I e V.
B) II e IV
C) I e III
D) III e IV

17. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

- I – O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.
- II – O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

- III – O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.
- IV – O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.
- V – O filosofar é inato aos racionais, logo não admite regras metodológicas.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

- A) I e III
B) III e V
C) II e III
D) II e IV

Direito Civil

18. Analise as assertivas abaixo

- I - Os poderes de representação, por serem de natureza pública, conferem-se apenas por lei.
- II - O negócio jurídico celebrado pelo representante consigo mesmo é nulo, ainda que a lei ou o representado permitam.
- III – Se o representante substabelece os poderes de representação para contratar com o substabelecido, tem-se que o negócio jurídico foi celebrado consigo mesmo, e por isso, anulável.
- IV - Os negócios jurídicos em algumas circunstâncias precisam ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

Marque a opção CORRETA:

- A) Todas são falsas;
B) Apenas a opção III é verdadeira;
C) Duas são verdadeiras e duas são falsas;
D) Apenas as opções III e IV são verdadeiras.

19. Assinale a alternativa incorreta.

- A) As dívidas decorrentes de prática de jogo não proibido não obrigam o pagamento.
- B) Na obrigação de dar, se houver perda da coisa, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- C) Na obrigação de dar, se houver deterioração da coisa, antes da entrega, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou, alternativamente, aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- D) Nas obrigações facultativas a perda ou deterioração do bem principal por culpa do devedor faz com que a obrigação recaia sobre o outro bem, além de incidir perdas e danos.

20. Quanto aos contratos, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha proposituras corretas:

- I. A proposta obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- II. É obrigatória, se feita sem prazo a pessoa ausente e tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

III. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo não pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que apenas lhe diminuam o valor.

IV. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.

V. A evicção subsiste mesmo na aquisição que se tenha realizada em hasta pública.

Está correta a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) III e V.
- D) I e III

21. É correto afirmar que a doação feita a nascituro

A) deve ser considerada nula tanto nos casos de natimorto como nos casos de nascimento com deficiência mental.

B) deve ser considerada inexistente no caso de natimorto e nula nos casos de nascimento com vida, ainda que haja aceitação por seu representante legal.

C) é nula de pleno direito, já que a personalidade civil começa apenas com o nascimento com vida, independentemente de aceitação por seu representante legal.

D) desde que seja aceita por seu representante legal, é válida, ficando, porém, sujeita a condição, qual seja, o nascimento com vida.

22. Acerca do Direito das Coisas, avalie as assertivas abaixo:

I - Os interditos possessórios previstos em nosso ordenamento são a Ação de Reintegração de Posse, a Ação de Manutenção de Posse, o Interdito Proibitório e a Ação Reinvidicatória.

II - Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância, mas quando o detentor exerce poderes de fato sobre a coisa é considerado possuidor para todos os fins.

III - É de boa-fé a posse quando o possuidor, embora não ignore os vícios ou obstáculos que impedem a aquisição da coisa, está comprometido em sanar o vício ou remover os obstáculos em um prazo determinado.

IV - O direito à indenização por benfeitorias necessárias é devido ao possuidor de má-fé.

Está(ão) CORRETA(S):

- A) Apenas as assertivas I e IV.
- B) Apenas as assertivas II e III.
- C) Apenas a assertiva I.
- D) Apenas a assertiva IV.

23. Considere as seguintes assertivas sobre o casamento, de acordo com o Código Civil brasileiro:

I. Não podem casar os irmãos, unilaterais ou bilaterais e demais colaterais, até o terceiro grau, inclusive.

II. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

III. O certificado de habilitação concedido pelo oficial de registro terá eficácia de 120 dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.

24. Sobre o bem de família, é INCORRETO afirmar:

A) Salvo disposição em contrário do ato de instituição, sua administração compete a ambos os cônjuges, resolvendo o juiz em caso de divergência.

B) É isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio.

C) Quer instituído pelos cônjuges ou por terceiro, constitui-se pelo registro de seu Título no Registro de Imóveis.

D) Não poderá abranger valores mobiliários.

25. Acerca das relações de parentesco, julgue os itens abaixo.

I Os cunhados não podem ser classificados juridicamente como parentes.

II O parentesco por afinidade, na linha reta, não se extingue.

III O direito brasileiro limita a relação de parentesco na linha colateral ao quarto grau.

IV O direito civil brasileiro não protege juridicamente a fecundação heteróloga (inseminação artificial), uma vez que não há previsão legal nesse assunto.

V O poder familiar é exercido por ambos os genitores, ainda que a guarda seja deferida exclusivamente a um deles.

- A) Somente uma assertiva é verdadeira
- B) Somente duas assertivas são verdadeiras
- C) Somente três assertivas são verdadeiras
- D) As assertivas "a", "b" e "c" são falsas.

26. Julgue os itens subsequentes, a respeito do direito de família, sob a ótica do Código Civil e a jurisprudência do STJ:

I. A regra de separação obrigatória de bens prevista para casamentos se estende às uniões estáveis e deve ser aplicada em uniões com pessoas maiores de 70 anos.

II. O cônjuge casado pelo regime da separação convencional de bens, por meio de pacto antenupcial, não é herdeiro necessário. Por isso, não tem direito à meação, tampouco à concorrência sucessória.

III. É admissível a alteração do regime de bens entre os cônjuges, para os casamentos celebrados sob a égide do Código Civil atual, desde que o pedido seja acompanhado de provas concretas do prejuízo na manutenção do regime de bens originário.

IV. Ocorre a curatela compartilhada quando for nomeado, por disposição testamentária, mais de um

curador a uma pessoa incapaz, devendo, nesse caso, os curadores exercerem conjuntamente o múnus público de forma mais vantajosa para o curatelado.

V. O regime de bens aplicável na união estável é o da comunhão parcial, pelo qual há comunicabilidade ou meação dos bens adquiridos a título oneroso na constância da união. No entanto, exige-se, para tanto, prova de que a aquisição decorreu do esforço comum de ambos os companheiros.

Estão CORRETOS os itens:

- A) I e II
- B) I, II e III
- C) I, III e IV
- D) IV e V

27. Caio, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua do Acre nº 50, Belém/PA é designado para realizar tarefas profissionais na aprazível cidade de Óbidos/PA, onde mantém conhecimento com Júlia, professora, residente àquela localidade.

Após rápido relacionamento, Caio retorna para a capital do Estado, tendo notícia da gravidez de Júlia. Caio compromete-se a financiar as despesas do parto, bem como fornecer alimentos ao seu filho, de nome Túlio, voluntariamente. Em nenhum momento, houve coabitação comum, sendo certo que o genitor sempre exerceu o seu direito de visitas, participando da vida do filho, comparecendo ao colégio, quando necessário, e às festas de aniversário.

Após vinte anos, Julia ingressou com ação declaratória aduzindo longa relação afetiva com Caio, afirmando que, sendo ambos solteiros, nada impediria a transformação do relacionamento existente em casamento e requerendo que fosse proferida sentença de reconhecimento da união estável do casal. O réu, regularmente citado, aduz que, na verdade, houve relacionamento fugaz, habitando a autora e o réu em cidades distantes, não sendo caracterizada a continuidade do relacionamento capaz de transformá-lo em união estável.

Caio afirma que o seu relacionamento ocorria, exclusivamente, com o filho advindo, por força da responsabilidade legal e afetiva que portava, postulando a improcedência do pedido. Após a instrução probatória, os fatos articulados pelo réu foram devidamente comprovados.

Diante de tal contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. O relacionamento fugaz, mesmo com o advento de filhos não caracteriza a união estável.

II. O fato de uma das pessoas envolvidas em relacionamento afetivo portar a condição de casada inviabiliza a caracterização da união estável, nos termos da lei civil em vigor.

III. Um dos deveres que deflui da união estável é o de sustentar e educar os filhos comuns.

IV. A prestação voluntária de alimentos em valores inadequados ao sustento da criança caracteriza a falta de interesse em buscar a fixação dos valores judicialmente.

V. As relações patrimoniais decorrentes da união estável obedecem ao regime da comunhão universal de bens, salvo contrato escrito.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa IV estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

Sociologia Geral e Jurídica

28. As relações de gênero assumem formas diferentes em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais e gerações. Não obstante, têm em comum a diferenciação entre homens e mulheres, apesar da imensa variabilidade social da natureza da diferença. Um aspecto muito comum é que a diferença de gêneros se associa à desigualdade de gênero, com homens exercendo poder sobre as mulheres — alguns afirmam que universalmente, outros que quase universalmente. (Sylvia Walby. Gênero. In: William Outhwaite e Tom Bottomore (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Trad. Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 332.)

O termo sociológico utilizado para conceituar a desigualdade estrutural de gênero em nossa sociedade é:

- A) feminismo.
- B) homofobia.
- C) patriarcado.
- D) paternalismo

Direito Penal

29. Assinale a alternativa CORRETA - A missão do Direito Penal está relacionada aos fatores abaixo relacionados, exceto:

- A) Princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos.
- B) Princípio da insignificância do valor do bem.
- C) Princípio da intervenção mínima.
- D) Necessidade e Suficiência da pena.

30. Assinale a alternativa CORRETA - A aplicação do perdão judicial está sujeita à complementação:

- A) Apenas normativa.
- B) Apenas valorativa.
- C) Normativa e Valorativa.
- D) Homovitelina e Heterovitelina.

31. Assinale a opção correta com referência à execução das penas em espécie:

- A) A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização das saídas ao administrador do presídio.

B) Por falta de previsão legal, não configura falta grave o fato de o reeducando não se reapresentar ao estabelecimento penal, no fim do prazo da prisão temporária, por quase um mês, sem justificativa idônea;

C) Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família;

D) O benefício da permissão de saída não se estende aos presos provisórios, restringindo-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto, mediante a necessária autorização do juízo das execuções penais.

32. No que se refere ao PERDÃO JUDICIAL é INCORRETO afirmar:

A) o juiz poderá deixar de aplicar a pena.

B) é aplicado depois de uma sentença penal condenatória.

C) as consequências da infração devem atingir o próprio agente de forma reconhecidamente grave.

D) aplica-se ao crime de homicídio culposo, previsto no "caput" do art. 121 do Código Penal.

33. Quanto ao elemento normativo do crime previsto no artigo 122 do Código Penal, podemos afirmar:

A) é normativo, pois as condutas são: induzir ou instigar.

B) a tentativa de suicídio é punível se não há a morte.

C) é crime formal, de resultado unissubsistente.

D) pode ocorrer com a lesão corporal de natureza grave.

34. Assinale a alternativa INCORRETA: Caracteriza o PECULATO:

A) Crime que afeta a moralidade pública.

B) Crime cujo sujeito ativo será sempre o funcionário público.

C) É o caso de circunstância de caráter pessoal comunicável.

D) É crime que admite participação de sujeito ativo comum.

35. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) No peculato a tentativa é possível pois trata-se de crime plurissubsistente.

B) No peculato impróprio o funcionário público subtrai o bem sem ter a posse ou a detenção do mesmo em razão do cargo.

C) Não se admite a tentativa do peculato na modalidade culposa

D) No peculato mediante erro de outrem o dolo precisa estar presente no momento em que o funcionário recebe a coisa.

36. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) O peculato eletrônico é um tipo misto.

B) Inserir ou excluir os dados no peculato eletrônico são condutas que somente podem ser praticadas pelo funcionário público.

C) O peculato eletrônico é um crime plurissubsistente.

D) no peculato eletrônico o administrado também figura como sujeito passivo desse crime.

37. Assinale a alternativa CORRETA:

A) O extravio, sonegação ou inutilização de livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo, é um tipo misto alternativo.

B) Qualquer funcionário público que, em razão do seu cargo, der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei estará sujeito as penalidades do art. 315 do CP.

C) Concussão é solicitar vantagem indevida.

D) Corrupção passiva é solicitar vantagem indevida.

38. Assinale a alternativa CORRETA:

A) O excesso de exação não qualifica a concussão.

B) A concussão protege apenas a moralidade da administração pública.

C) Na concussão, sendo o sujeito ativo o Fiscal de Rendas, aplica-se o princípio da especialidade.

D) Sendo o sujeito ativo o Policial Militar, aplica-se o Código Penal Militar.

Processo Civil

39. Em matéria de prova, assinale a alternativa correta:

A) O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida autoriza, por si só, a inversão do ônus de seu pagamento, que será realizado pelo Estado.

B) O princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz, positivado no art. 131 do Código de Processo Civil, possibilita ao magistrado apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos, sem necessidade de fundamentar a dispensa de perícia.

C) Não configura cerceamento de defesa a decisão que, a um só tempo, deixa de reconhecer alegação por falta de prova, por entender o juiz que não era caso de dilação probatória, e julga antecipadamente a lide.

D) Por não se enquadrar nas hipóteses de proteção constitucional do sigilo das comunicações, tampouco estar disciplinada no campo infraconstitucional, a gravação unilateral feita por um dos interlocutores com o desconhecimento do outro deve ser admitida.

40. Com relação ao início da contagem do prazo para apresentação de resposta, em ação ajuizada pelo rito comum ordinário, em face de apenas um réu, assinale a afirmativa correta.

A) Em se tratando de citação postal, começa a correr o prazo a partir da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.

B) Em se tratando de citação por oficial de justiça, começa a correr o prazo no dia seguinte ao do cumprimento da diligência.

C) Em se tratando de citação por carta precatória, começa a correr o prazo no dia em que a carta é devolvida ao juízo de origem.

D) Em se tratando de citação por edital, começa a correr o prazo no dia seguinte ao da publicação do referido edital.

41. Considerando a assistência e as demais formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) É admissível o chamamento ao processo daquele que detiver a coisa em nome alheio.

B) A oposição consiste na intervenção daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar o prejuízo do réu da demanda.

C) O terceiro deve demonstrar que possui interesse jurídico que a sentença seja favorável a uma das partes, para ser admitido como assistente.

D) Feita a denúncia da lide, se o denunciante aceitar, ele será assistente simples do denunciado.

42. O Ministério Público ajuizou ação rescisória a fim de desconstituir sentença transitada em julgado, ao argumento de que teria havido colusão entre ambas as partes do processo originário no intuito de fraudar a lei. Diante disso, requereu o Ministério Público, na petição inicial da ação rescisória, a citação tanto da parte autora quanto da parte ré do processo originário. Assinale a modalidade de litisconsórcio verificada na hipótese acima.

A) Litisconsórcio ativo necessário e unitário.

B) Litisconsórcio passivo necessário e simples.

C) Litisconsórcio ativo facultativo e simples.

D) Litisconsórcio passivo necessário e unitário.

43. Quando duas ou mais demandas individuais possuem o mesmo pedido e/ou a mesma causa de pedir, diz-se que são conexas. Nessa situação, se estiverem tramitando em juízos diversos, poderão ser reunidas para julgamento conjunto pelo juízo prevento. Caso esses juízos tenham competência territorial diversa, é correto afirmar que será considerado prevento aquele

A) em que se proferiu o primeiro despacho liminar positivo.

B) para o qual primeiro foi distribuída a petição inicial.

C) que tiver, ao tempo da arguição da conexão, praticado o maior número de atos processuais.

D) em que se realizou a primeira citação válida

44. Analise os itens abaixo e assinale:

I Conforme o recurso interposto, os pressupostos de admissibilidade serão verificados tanto pelo juízo a quo, quanto pelo juízo ad quem.

II - O juízo de admissibilidade dos recursos cinge-se a verificação das condições da ação e os pressupostos processuais para, somente após, proferir o juízo de

mérito, posicionando-se pelo provimento ou não do recurso interposto.

III Conforme o princípio da taxatividade, as disposições legais que criam os recursos poderão ser interpretadas analogicamente.

A) Todos os itens estão incorretos.

B) Apenas os itens I e II estão corretos.

C) Apenas os itens II e III estão incorretos.

D) Apenas os itens I e III estão incorretos.

45. Acerca dos efeitos da apelação, assinale a opção correta.

A) Julgados conjuntamente processos cautelar e principal, a apelação deverá ter duplo efeito.

B) A lei confere ao juiz discricionariedade no juízo de admissibilidade para atribuir efeito suspensivo à apelação.

C) Em execução definitiva de sentença condenatória, a apelação da sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pela União será recebida no duplo efeito

D) nenhuma das anteriores.

46. O juiz pode cassar a própria sentença e determinar o regular prosseguimento do processo em primeira instância diante de apelação interposta contra

A) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito.

B) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença liminar de improcedência da demanda.

C) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença de julgamento antecipado da lide.

D) a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito e a sentença liminar de improcedência da demanda.

47. Considerando que, ao examinar uma inicial, o juiz tenha detectado a ausência de uma das condições da ação e indeferido seu processamento, antes mesmo de levar ao conhecimento do réu a existência do pedido, e que o autor tenha interposto apelação a essa sentença no prazo legal, assinale a opção correta.

A) A interposição do recurso cabível, por si só, já autoriza o juiz prolator da decisão recorrida a proceder ao juízo de retratação.

B) Admitido o recurso, o relator pode afastar a causa do indeferimento da inicial e julgar o mérito da ação.

C) A interposição da apelação determina necessariamente a citação do réu para apresentação de contrarrazões.

D) nenhuma das anteriores.

48. Acerca da Uniformização de Jurisprudência, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A uniformização de jurisprudência não é uma modalidade de recurso, mas mero incidente processual.

- B) Ao retomar o julgamento suspenso pela uniformização de jurisprudência, o órgão fracionário é obrigado a adotar a interpretação fixada pelo tribunal.
- C) É cabível a uniformização de jurisprudência em julgamento de reexame necessário de sentenças proferidas contra a fazenda pública.
- D) A uniformização de jurisprudência não pode ser provocada de ofício por magistrado que esteja participando do julgamento no órgão fracionário

Processo Penal

49. Na cidade “A”, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do parquet, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita. Nessa situação, o Promotor deverá:

- A) arquivar os autos.
- B) oferecer denúncia.
- C) determinar a baixa dos autos.
- D) requerer o arquivamento.

50. Um professor na aula de Processo Penal esclarece a um aluno que o Ministério Público, após ingressar com a ação penal, não poderá desistir dela, conforme expressa previsão do Art. 42 do CPP. O professor estava explicando ao aluno o princípio da:

- A) indivisibilidade.
- B) obrigatoriedade.
- C) indisponibilidade.
- D) intranscendência.

51. Tendo como base o instituto da ação penal, assinale a afirmativa correta.

- A) Na ação penal privada vigora o princípio da oportunidade ou conveniência.
- B) A ação penal privada subsidiária da pública fere dispositivo constitucional que atribui ao Ministério Público o direito exclusivo de iniciar a ação pública.
- C) Como o Código Penal é silente no tocante à natureza da ação penal no crime de lesão corporal culposa, verifica-se que a referida infração será de ação penal pública incondicionada.
- D) A legitimidade para ajuizamento da queixa-crime na ação penal exclusivamente privada (ou propriamente dita) é unicamente do ofendido.

52. Paulo reside na cidade “Y” e lá resolveu falsificar seu passaporte. Após a falsificação, pegou sua moto e viajou até a cidade “Z” com o intuito de chegar ao Paraguai. Passou pela cidade “W” e pela cidade “K”, onde foi parado pela Polícia Militar. Paulo se identificou ao policial usando o documento falsificado e este, percebendo a fraude, encaminhou Paulo à delegacia. O Parquet denunciou Paulo pela prática do crime de uso de documento falso.

Assinale a afirmativa que indica o órgão competente para julgamento.

- A) Justiça Estadual da cidade “Y”.
- B) Justiça Federal da cidade “K”.
- C) Justiça Federal da cidade “Y”.
- D) Justiça Estadual da cidade “K”.

53. A Constituição do Estado “X” estabeleceu foro por prerrogativa de função aos Vereadores de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os Vereadores serão julgados pelo Tribunal de Justiça”. José, Vereador do Município “Y”, pertencente ao Estado “X”, mata João, amante de sua esposa. Pergunta-se, qual o órgão competente para o Julgamento de José?

- A) Justiça Estadual de 1ª Instância;
- B) Tribunal de Justiça;
- C) Tribunal Regional Federal;
- D) Justiça Federal de 1ª Instância.

54. Sobre prisões, marque a alternativa correta:

I – A Prisão em Flagrante presumida ocorre quando o agente é preso, logo depois de cometer a infração, com instrumentos, armas objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

II – A Prisão temporária, em regra, tem prazo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 e no caso de crimes hediondos de 30, prorrogáveis por mais 30 e pode ser decretada na fase de IPL ou na fase processual.

III – A prisão Preventiva pode ser decretada de ofício pelo Juiz, já a Temporária só pode ser decretada pelo Juiz no caso de Representação da Autoridade Policial ou Requerimento do MP;

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.

55. É (São) hipótese(s) de prisão em flagrante admitida(s) no ordenamento jurídico brasileiro:

- I. flagrante presumido.
- II. flagrante esperado.
- III. flagrante provocado.
- IV. flagrante próprio.
- V. flagrante forjado.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- A) todas as alternativas estão corretas.
- B) apenas uma alternativa está correta.
- C) duas alternativas estão corretas.
- D) três alternativas estão corretas.

56. Considera-se em flagrante quem:

- I. Está cometendo a infração penal;
- II. acaba de cometê-la;
- III. é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser vítima da infração;
- IV. é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele vítima da infração;

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente o item IV é falso;
- B) Somente os itens I e II são verdadeiros;
- C) Somente o item III é falso;
- D) Somente os itens II e IV são falsos;

57. Correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira, considerando as modalidades de flagrante com seus respectivos conceitos.

- I. Flagrante próprio
- II. Flagrante impróprio
- III. Flagrante ficto ou assimilado
- IV. Flagrante esperado
- V. Flagrante preparado

() Ocorre quando o agente é preso, logo depois de cometer a infração, com instrumentos, armas objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

() Ocorre quando a ação policial aguarda o momento da prática delituosa, valendo-se de investigação anterior, para efetivar a prisão, sem utilização do agente provocador.

() Ocorre quando o agente é perseguido, logo após cometer o delito, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

() Ocorre quando alguém provoca o agente à prática de um crime, ao mesmo tempo em que toma providências para que o mesmo não se consuma;

() Ocorre quando o agente é surpreendido cometendo uma infração penal ou quando acaba de cometê-la.

A seqüência correta, de cima pra baixo, é:

- A) IV, III, II, I, V;
- B) II, IV, I, V, III;
- C) V, I, III, II, IV;
- D) III, IV, II, V, I;

58. É medida cautelar diversa da prisão expressamente prevista no art. 319, CPP a:

- A) imediata reparação dos prejuízos sofridos pela vítima;
- B) Multa;
- C) monitoração eletrônica;
- D) prestação de serviços a comunidade;

Direito Administrativo

59. No atinente aos princípios da administração pública, escolha a opção correta.

A) O princípio da proporcionalidade é hoje amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras como um dos que regem a atividade administrativa, conquanto remanesça como princípio implícito no ordenamento jurídico positivo do país.

B) De acordo com a Constituição da República, os atos dos agentes públicos geram responsabilidade objetiva para o Estado e não para a pessoa deles próprios, a não ser na hipótese de o poder público comprovar a ocorrência de dolo ou culpa, em ação regressiva. Essa imputação dos atos do agente público ao Estado representa a concretização do

princípio da impessoalidade, consoante uma de suas concepções teóricas.

C) Como decorrência do princípio constitucional da publicidade, a Constituição de 1988 assegura a qualquer cidadão obter certidão para a defesa de direito e para o esclarecimento de situação de interesse pessoal. No caso, porém, de o cidadão desejar a defesa de interesse coletivo ou difuso, não terá direito à certidão, mas, sim, o direito de representação ao Ministério Público para que este, como representante da sociedade em juízo, providencie os elementos necessários àquela defesa e promova as ações adequadas, se for o caso.

D) A moralidade administrativa possui conteúdo genérico, que coincide com a moral comum da sociedade, em determinado momento histórico; dessa forma, determinados comportamentos administrativos ofensivos à moral comum sempre ensejam a invalidação do ato, por afronta concomitante à moralidade administrativa.

60. Acerca dos princípios do direito administrativo, julgue os itens seguintes.

I Apesar do princípio da publicidade e do direito de acesso do cidadão a dados a seu respeito, nem toda informação pode ser transmitida ao interessado, mesmo que se relacione com sua pessoa.

II Os princípios do direito administrativo são monovalentes, isto é, aplicam-se exclusivamente a esse ramo do direito.

III A despeito do princípio da supremacia do interesse público, nem sempre o interesse público secundário deverá prevalecer sobre o direito de um cidadão individualmente considerado.

IV O princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos abrange apenas os aspectos jurídicos desses atos, mas não diz respeito aos fatos nos quais eles supostamente se basearam.

Estão certos apenas os itens

- A) I e I.
- B) I e IV.
- C) I e II.
- D) I e IV.

61. O princípio da eficiência, introduzido expressamente na Constituição Federal (CF) na denominada Reforma Administrativa, traduz a idéia de uma administração

- A) descentralizada.
- B) informatizada.
- C) moderna.
- D) gerencial.

62. No que concerne aos poderes da administração, assinale a opção correta.

A) O STF emitiu decisão favorável à delegação do poder de polícia, mediante edição de lei, a pessoa jurídica de direito privada.

B) Forma de conferir liberdade ao administrador público, o poder discricionário permite que a autoridade, mediante os critérios de conveniência e

oportunidade, opte pela ação que melhor propicie a consecução do interesse público, atuação que se sobrepõe aos limites da lei.

C) O poder regulamentar permite que o ato normativo derivado inove e aumente os direitos e obrigações previstos no ato de natureza primária que o autoriza, desde que tenha por objetivo o cumprimento das determinações legais.

D) Segundo o STF, é inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência, lei municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

63. Assinale a opção correta com relação ao decreto.

A) O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos quando vagos.

B) O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir órgãos e entes públicos.

C) O presidente da República pode dispor, por meio de decreto, sobre o aumento de salário para os servidores públicos.

D) O decreto autônomo e, em regra, admitido no ordenamento jurídico brasileiro, desde que não viole direitos fundamentais.

64. No que se refere a atos administrativos, assinale a opção correta.

A) Não há violação do requisito finalidade na hipótese de remoção de ofício de servidor, como forma de punição.

B) Na hipótese de desapropriação pelo Estado de propriedade de desafeto do chefe do Poder Executivo, com o fim de prejudicá-lo, não há desvio de finalidade.

C) O requisito da competência, quando é exercida além dos limites estabelecidos na lei, dá lugar a uma das modalidades de abuso de poder, denominada desvio de poder.

D) Mesmo diante da margem de liberdade de escolha da conveniência e oportunidade concedida à administração, é necessária a adequada motivação, explícita, clara e congruente, do ato discricionário que nega, limita ou afeta direitos ou interesses dos administrados.

65. Não configura, segundo a doutrina dominante, elemento ou requisito do ato administrativo

- A) A forma.
- B) O objeto.
- C) A finalidade.
- D) A discricionariedade.

66. Os atos administrativos possuem atributos que os diferenciam dos atos privados. Assinale a opção que não configura atributo exclusivo do ato administrativo.

- A) Presunção de legitimidade.
- B) Imperatividade.
- C) Autoexecutoriedade.
- D) Legalidade.

67. Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

A) As autarquias são instituídas por lei, iniciando-se a sua existência legal com a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.

B) As empresas públicas, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público são beneficiárias do princípio da imunidade tributária, no que se refere aos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais.

C) As sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer forma admitida em direito, como, por exemplo, a de sociedade unipessoal ou pluripessoal.

D) Somente mediante lei específica será criada autarquia e autorizada a criação das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

68. Com relação à descentralização e à desconcentração, é correto afirmar que, na descentralização, a execução das atividades ou a prestação de serviços pelo Estado é

A) indireta e mediata, na desconcentração, é direta e imediata.

B) direta e imediata, na desconcentração, é indireta e imediata.

C) indireta e imediata, na desconcentração, é direta e mediata.

D) direta e mediata, na desconcentração, é indireta e imediata.

Direito do Trabalho

69.



A respeito das diárias, assinale a alternativa incorreta:

A) A ajuda de custo tem natureza jurídica indenizatória, porque se destina a indenizar despesas de viagem.

B) Se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.

C) Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

D) Ainda que as diárias ultrapassem os 50% do salário do empregado, elas perderão a natureza salarial se o empregador exigir a prestação de contas. Isso porque a parcela passará a assumir a feição indenizatória, já que o empregado terá de restituir as parcelas pagas a maior.

70. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

A) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

B) É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inafectado à negociação coletiva.

C) Ultrapassada habitualmente a jornada de 6 horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e §4º da CLT.

D) O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento retira o direito à hora noturna reduzida, pois existe incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.

71. A respeito das horas in itinere, e considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a assertiva incorreta:

A) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

B) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas in itinere.

C) A mera insuficiência de transporte público é suficiente para ensejar o pagamento de horas in itinere.

D) Considerando que as horas in itinere são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

72. O inciso XV do art. 7º da CF/88 garante aos trabalhadores direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

Considerando as normas aplicáveis ao Direito do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

A) Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro.

B) O descanso semanal remunerado tem natureza jurídica de suspensão do contrato de trabalho.

C) O direito alcança os trabalhadores urbanos, rurais e avulsos, bem como os empregados domésticos.

D) Ainda que o trabalho aos domingos seja autorizado nas atividades do comércio em geral, observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva.

73. Calçados Mundial S.A. contratou duas empresas distintas para a prestação de serviços de limpeza e conservação nas suas instalações. Maria é empregada de uma das terceirizadas, exerce a função de auxiliar de limpeza e ganha salário de R\$ 1.150,00. Celso é empregado da outra terceirizada, exerce a mesma função que Maria, trabalha no mesmo local, e ganha R\$ 1.020,00 mensais.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Celso poderá requerer o mesmo salário que Maria, pois na hipótese pode-se falar em empregador único.

B) Impossível a equiparação salarial, mas se outro direito for violado, a empresa tomadora dos serviços terá responsabilidade solidária.

C) Viável a equiparação desde que Maria e Celso trabalhem no mínimo dois anos nas instalações do tomador dos serviços.

D) Não será possível a equiparação salarial entre Maria e Celso porque os respectivos empregadores são diferentes.

74. Tendo-se recusado a cumprir ordem lícita de serviço, um empregado foi advertido, por escrito, por seu gerente. Ao receber a advertência escrita, recusou-se a assinar cópia do documento do empregador, sob alegação de não concordar com seu conteúdo. Foi, então, despedido por justa causa, sob a imputação de ato de indisciplina. Nessa situação, infere-se que:

A) o empregado agiu de forma ilegítima ao se recusar a assinar a advertência do gerente.

B) a imputação de indisciplina ao empregado que se recusou a assinar a advertência foi medida tomada corretamente pela empresa.

C) a recusa do empregado em assinar a advertência constitui caso de insubordinação, sendo possível a terminação fundada nesse motivo.

D) a empresa errou ao demitir por justa causa o empregado que se recusou a cumprir ordem lícita de serviço, pois o gerente já o havia advertido.

75.

**“Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade.”**
RUSSO, Renato.

“Quem deu a ti, carrasco, esse poder sobre mim?”
GOETHE.

A proteção contra a despedida arbitrária no direito brasileiro é constitucionalmente assegurada. Entretanto, não são poucos os casos apreciados pelos tribunais em que se discute a validade de dispensas de empregados portadores do vírus HIV. A respeito do tema, é CORRETO afirmar que

A) o empregado despedido por esse motivo não poderá ajuizar reclamação trabalhista com pedido de antecipação de tutela para obter sua reintegração ao emprego, tendo em vista ser incabível no direito processual do trabalho tal modalidade de provimento jurisdicional.

B) o empregado despedido por ser portador do vírus HIV e que demonstre ter sido dispensado arbitrariamente por esse motivo, ao ingressar com sua reclamação trabalhista, poderá ser reintegrado por ordem judicial.

C) o empregado despedido por ser portador do vírus HIV e que recebeu a indenização de 40% dos depósitos de sua conta vinculada de FGTS não pode rediscutir judicialmente a sua despedida, em face do ato jurídico perfeito da rescisão contratual válida.

D) a confederação sindical poderá ajuizar reclamação trabalhista com pedido de antecipação de tutela jurisdicional, com vistas a obter a reintegração do empregado despedido, cumulando o pedido com o de condenação da empresa em danos morais.

76. Godofredo ajuizou reclamação trabalhista, dizendo-se vítima de discriminação, já que a empresa para a qual trabalhava o dispensou no mês em que ele completou 60 anos de idade, o que acontecia rigorosamente com todos os empregados que alcançavam esta idade. Alega que essa é uma odiosa e inconstitucional política não escrita da empresa.

Caso comprovada a alegação de Godofredo sobre a dispensa discriminatória e à luz da Lei n. 9.029/95, é correto afirmar que

A) como portador de garantia no emprego, Godofredo deve requerer sua reintegração, único direito que lhe é assegurado.

B) o empregado pode optar entre o retorno e a percepção em dobro do período de afastamento.

C) uma vez que Godofredo não tem estabilidade, somente poderá pleitear indenização.

D) a dispensa em razão da idade não pode ser considerada discriminatória nem ilegal, já que é uma circunstância que atinge a todos.

77. Para que a garantia no emprego em razão da candidatura do empregado a dirigente sindical se consolide, a CLT dispõe no Art. 543, § 5º que:

“Para os fins deste artigo, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este comprovante no mesmo sentido”.

Gislene registrou sua candidatura a dirigente sindical, na condição de Vice-presidente na chapa, mas o sindicato não comunicou tal fato ao seu empregador que, ignorando a situação, concedeu aviso prévio à empregada 10 dias depois. Nessa hipótese, de acordo com o entendimento do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O empregador, a seu critério, aceitará ou não a justificativa tardia da empregada que se candidatou a dirigente sindical e mantém seu contrato de trabalho.

B) O empregador fica obrigado a respeitar a garantia no emprego, mesmo que seja informado deste fato após a ruptura da interlocução social, devendo readmiti-la.

C) O empregador tem de respeitar a garantia, ainda que seja comunicado posteriormente da candidatura da empregada, desde que isso ocorra enquanto o pacto laboral estiver em vigor.

D) A empresa não precisa respeitar a garantia no emprego porque o prazo legal não foi observado, de modo que isso não a vincula. Ademais, ignorando a garantia da empregada, a empresa não teria agido de má-fé.

78. Em razão de forte enchente que trouxe sérios prejuízos à localidade, houve o encerramento das atividades da empresa Boa Vida Ltda., que teve seu estabelecimento totalmente destruído pela força das águas. Diante dessa situação hipotética, com relação aos contratos de trabalho de seus empregados, assinale a alternativa correta.

A) O encerramento da atividade empresarial implicará a rescisão unilateral por vontade do empregador dos contratos de trabalho de seus empregados.

B) Os empregados têm direito à indenização compensatória de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS.

C) Os empregados não podem movimentar a conta vinculada do FGTS.

D) O empregado detentor de estabilidade provisória por ter sido eleito representante dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA tem direito ao pagamento dos salários do período compreendido entre a data da ruptura do contrato de trabalho e o final do período da garantia de emprego.

Direito Ambiental

79. Acerca da repartição de competências em matéria ambiental, assinale a opção correta:

A) Se o Município cuja principal atividade econômica seja a pesca estabelecer, mediante lei, regras sobre a captura e o transporte do pescado em sua área, tais normas não serão válidas, uma vez que o dispositivo constitucional não prevê para os Municípios competência para tal. Nesse caso, devem

ser aplicados apenas os textos federais e estaduais que disciplinam a matéria.

B) Tendo sido o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, criado por decreto federal (Decreto-lei 1.035/39), não pode a prefeitura do Município de localização desse parque estabelecer medidas de preservação ambiental na área do parque, atribuição inserida na competência material exclusiva da União.

C) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de energia hidráulica constituem atividades da esfera de competência da União. Assim, uma vez que os recursos minerais pertencem a esse ente federativo, e não ao proprietário do solo, cabe à Administração federal autorizar sua exploração.

D) É competência privativa da União a proteção, por meio do IPHAN, dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos.

80. Técnicos do IBAMA, autarquia federal, verificaram que determinada unidade industrial, licenciado pelo Estado no qual está localizada, está causando degradação ambiental significativa, vindo a lavrar auto de infração pelos danos cometidos. Com base nas normas da Lei Complementar 140/2011, assinale a alternativa correta:

A) Há irregularidade no licenciamento ambiental, uma vez que em se tratando de atividade que cause degradação ambiental significativa, o mesmo deveria ser realizado pela União.

B) É ilegal a fiscalização realizada pelo IBAMA que só pode exercer poder de polícia de atividades licenciadas pela União.

C) É possível a fiscalização do IBAMA que pode inclusive lavrar auto de infração, que, porém, não prevalecerá caso o órgão estadual de fiscalização também lavre auto de infração.

D) Cabe somente à União, no exercício da competência de fiscalização, adotar medidas para evitar danos ambientais iminentes.